

OBSERVAÇÕES SOBRE OS PRONOMES PESSOAIS

José Augusto Carvalho

1 Os pronomes pessoais podem ser usados de forma genérica, sem ligação direta com as pessoas do discurso. O pronome *eu*, por exemplo, com sentido genérico, pode designar não apenas o falante, mas o ouvinte ou qualquer outra pessoa. Imaginemos alguém que, falando das vantagens de se passar algum tempo no interior, diga, numa linguagem informal: “Numa cidadezinha, é bom, eu posso respirar ar puro, fazer higiene mental. Onde é que eu acho lugar melhor para descansar, senão na roça?”

O falante, pelo fato de dizer *eu*, não quer significar necessariamente que tenha estado numa cidade pequena. Ele está generalizando uma situação cuja vivência considera universalmente válida.

O pronome de 2ª pessoa (*tu, você, o senhor, etc.*) também pode ter um emprego de sentido genérico, que o aproxima do grupo dos indefinidos, isto é, um emprego em que não se refere especificamente a nenhum ser

determinado. Embora semanticamente de 2ª pessoa, o pronome *tu* (*você*, *o senhor*, etc.) pode designar, por transferência de experiência pessoal, uma 3ª pessoa generalizada e, simultaneamente, o *eu* e o *tu* do processo de comunicação. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que designa um ser indeterminado, também designa o falante e o ouvinte, numa neutralização das três pessoas gramaticais num espécie de arquivormo. Por exemplo, ao falar com uma amiga solteira, um homem pode desabafar assim: “*Você* chega *cansado* na sua casa, encontra *sua mulher* indisposta, *seu filho* doente, e aí *você* fica *transtornado*, sem saber o que fazer.” Observe-se que os adjetivos *cansado* e *transtornado*, referindo-se a *você*, não estão no feminino, como seria de supor, já que a ouvinte é mulher. Esse *você*, na verdade, é o próprio *eu* do falante na tentativa de generalização de seu próprio caso particular. *Você*, nesse exemplo, assume as três pessoas gramaticais: é o *ele* genérico; é o *eu* que narra a própria experiência e é o *tu* (*você*) também genérico, com que *eu* pretende partilhar sua própria sorte.

Esse emprego de *tu*, em sentido genérico, foi analisado por Halliday e Hasan, que o chamaram de exófora institucionalizada (HALLIDAY, M.A.K. e RUQAYA, Hasan. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976, p. 53), junto com o *nós* e o *ele* usados também genericamente. Exófora é tudo o que se refere a algo exterior ao texto. Por exemplo, o pronome *eu*, numa carta, é um pronome exofórico porque se refere a alguém que se situa fora do texto escrito. Eis o que dizem esses autores: “Não somente o pronome pessoal generalizado *one*

mas também *we*, *you*, *they* e *it* têm um uso exofórico generalizado em que o referente é tratado como se fosse imanente em todos os contextos de situação. *You* e *one* significam “qualquer indivíduo”, como em ‘*you never know, one never knows*’ [trad.: você nunca sabe, nunca se sabe]; (...) *We* é usado de forma semelhante mas mais concretamente, implicando um grupo particular de indivíduos com os quais o falante deseja identificar-se, como em ‘*we don’t do that sort of thing here*’ [trad.: nós não fazemos esse tipo de coisa aqui].”

Giselle Machline de Oliveira e Silva registra também no francês fenômeno semelhante: “*On ne va plus en France sans qu’on vous exploite*” [trad.literal: Não se vai mais à França sem que explorem você.]. (SILVA, Giselle M. de Oliveira e. **Aspectos sociolinguísticos dos pronomes de tratamento em português e francês**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1974 – dissertação de mestrado inédita). A autora, contudo, ressalta apenas o emprego de *vous* (você) como anáfora do primeiro *on*, e não como exemplo de exófora institucionalizada.

3

O *você* como exófora institucionalizada pode ser entendido como referência a uma 2ª pessoa imaginária, o que não lhe tira o *status* de pronome pessoal, ainda que se assemelhe semanticamente a um pronome indefinido. Apesar de se assemelharem semanticamente aos pronomes indefinidos como quantificadores determinados, os numerais cardinais, por exemplo, continuam sendo numerais cardinais: “Havia cinco homens na sala. Os cinco saíram (= todos saíram).”

Eles também pode ser empregado com um sentido genérico, em sua forma plena ou em sua forma \emptyset : “Fui à secretaria, mas eles não quiseram dar-me o atestado.” Esse *eles* pode estar significando apenas uma pessoa que o falante não quis nomear ou determinar. Sintaticamente, contudo, neste caso, *eles* é analisado como sujeito simples (por só ter um núcleo). Em sua forma \emptyset , a indeterminação da 3ª pessoa do plural é registrada em todos os compêndios gramaticais como “sujeito indeterminado”: “Assassinaram o Presidente Kennedy” (Cf. CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. 6.ed. rev. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1976, p. 91). Um sujeito só é considerado indeterminado, pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, quando não tem núcleo. O sujeito é simples se tiver um só núcleo, ainda que esse núcleo seja um pronome indefinido, como em “Todos saíram”, “Nada me afeta”, “Tudo mudou”.

4

Na classificação tradicional dos pronomes pessoais, os gramáticos ensinam que *eu* é a pessoa que fala, que *tu* (*você*) é a pessoa com quem se fala e que *ele* é a pessoa de quem se fala. Os estudos linguísticos e a observação do falar cotidiano revelam que *eu* pode ser a pessoa de quem se fala, que *você* pode ser a pessoa que fala e que *ele* pode ser a pessoa com quem se fala. Senão vejamos.

Antes de mais nada, chamemos de elocutivo a pessoa que fala; de alocutivo a pessoa com quem se fala e de delocutivo a pessoa de quem se fala, independentemente do pronome usado.

Os versos de Chico Buarque, na canção “Teresinha”, dizem, em certo momento: “Mal sei como ele se

chama, / mas entendo o que ele quer, / se deitou na minha cama/ e me chama de mulher...” Esse *eu*, sujeito de *sei* e de *entende*, e as formas respectivas *me* e *minha*, não podem referir-se ao autor Chico Buarque, mas à personagem que se diz “eu”. Esse *eu*, portanto, é elocutivo apenas na estrutura de superfície, mas na estrutura profunda é um pronome delocutivo, isto é, denota a pessoa de quem se fala, como num romance em 1ª pessoa, em que o personagem que conta a história é a pessoa de quem se fala e não a pessoa que fala, o romancista.

O pronome *ele* também pode ser elocutivo, referência à pessoa que fala. Batem à porta com insistência, e a dona de casa, correndo para atender, grita a quem bate para acalmá-lo: “Já vai, já vai!” Esse “já vai” significa “já vou”. Melhor exemplo do *ele* elocutivo está nos requerimentos, em que o requerente, por gentileza compulsória, se trata a si mesmo na 3ª pessoa: “Fulano de Tal requer de V. Exa. se digne conceder-lhe tal documento... Nestes termos, pede e espera deferimento.” A gentileza aí é compulsória, porque uma regra de concordância verbal ensina que a 1ª pessoa predomina a 2ª. Se o requerente usar a 1ª pessoa, estará se colocando acima da 2ª pessoa, que é pessoa a quem se faz o requerimento, hierarquicamente, pelo menos no caso, acima do requerente. Para não pôr-se acima dessa autoridade a quem se peticiona um favor, o solicitante se coloca num plano inferior tratando-se a si mesmo como *ele*. Quando a mãe diz ao filho: “Se você ficar quieto, *mamãe* vai comprar um presente para você”, esse “*mamãe*” é um pronome de tratamento de 1ª pessoa, equivalente a “eu”. É, portan-

to, elocutivo. Outro exemplo da 3ª pessoa elocutiva: ao ser indagado como vai, um falante do português brasileiro poderá dizer: “Vive-se, trabalha-se, ganha-se a vida.”

Normalmente, o pronome nós significa “eu + alguém diferente de eu”. Mas o pronome nós pode ser um pronome de tratamento de 2ª pessoa, equivalente a tu ou a você, excluindo o falante. O médico chega de manhã ao hospital e pergunta ao paciente: “Como estamos hoje? Como passamos a noite?” Obviamente, esse nós não inclui o médico; é elocutivo, refere-se à pessoa com quem se fala. A mãe que vai dar a sopa ao filho, diz-lhe carinhosamente: “Vamos tomar a sopinha?” Na verdade, é o filho que vai tomar a sopa. Esse nós exclui o falante e designa a pessoa com quem se fala.

6

O pronome você (tu) pode ser um pronome de tratamento de 1ª pessoa, elocutivo, designando o falante. Diz um rapaz a uma amiga: “Você chega cansado da rua, encontra sua mulher cansada, seu filho doente, e aí você fica *maluco*, sem saber o que fazer.” Esse você não está designando a amiga (a concordância nominal está no masculino, embora o rapaz esteja falando com uma moça), porque é um você que designa o próprio falante, que usa a forma de 2ª pessoa para que a amiga possa melhor colocar-se na pele dele, sentir melhor o seu drama.

Ele pode ser pronome de tratamento de 2ª pessoa. O namorado pergunta à namorada se pode beijá-la. Em vez de dizer **sim**, ela diz: “Ele pede!”, como quem acha estranho que ele peça um beijo em vez de roubá-lo. Em alguns lugares de Portugal, como em Avelanoso, Maria

José de Moura Santos, no livro **Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes** (Separata da **Revista Portuguesa de Filologia**, Coimbra, 1967, p. 21), registrou entre outros este exemplo de *ele* como tratamento de 2ª pessoa: “Num bais a buscar a lenha? – Porque num bai ele?” (= Por que não vais tu?) Leite de Vasconcelos, em seus **Estudos de filologia mirandesa**, p. 440, lembrados pela autora, também registrou esse uso em mirandês .

O uso do pronome de tratamento formado de possessivo mais substantivo abstrato, como *Vossa Alteza* ou *Vossa Majestade*, permite ao falante aumentar ainda mais a distância que o separa do alocutado, com o respeitoso recurso à 3ª pessoa: o falante não mais se dirige à pessoa do alocutado, mas à qualidade que dele emana, expressa pelo substantivo abstrato. Por isso, Pero Vaz de Caminha, em sua carta, dirige-se a D. Manuel usando *ela* como pronome de tratamento em referência à alteza do rei: “E neesta maneira Senhor dou aquy **avosa alteza** do que neesta vos terra vy esse aalgum pouco alomguey, **ela** me perdoe... (A Carta de Pero Vaz de Caminha. Edição de J. F. de Almeida Prado. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 110).

7

A expressão *Vossa Mercê* teve uma formação diferente. Originariamente, o falante dirigia-se a um superior (Deus, a Virgem, o Papa, o rei), pedindo-lhe por *mercê*, invocando, assim, o seu “favor” ou a sua “graça”. Já no séc. XIII, nas **Cantigas de Santa Maria**, de Afonso X, se encontra a fórmula *pedir por mercê*, dirigida à Virgem, e, na mesma época, ao rei, em algumas cantigas de amigo: “irei a (el)l-rei mercee pedir” (NUNES, **Cantigas d’Amigo dos**

Trovadores Galego-Portugueses, 1926, p. 133, *apud* LUZ, Marilina dos Santos. **Fórmulas de tratamento no português arcaico**. Coimbra: Casa do Castelo, 1958, p. 18).

Usted/você são as formas reduzidas mais difundidas e generalizadas dos tratamentos *Vuestra Merced/Vossa Mercê*. Já eram de uso corrente em princípios do século XVI, mas só se encontram documentadas a partir do séc. XVII, possivelmente por serem expressões socialmente estigmatizadas e, portanto, indignas de registro. Segundo Rafael Lapesa, “en el siglo XVII (...) eran propias de criados y bravucones” (LAPESA. Rafael. **Historia de la lengua española**. 2.ed. cor. y aum. Madrid: Escelicer, [1950?], p. 243). Os lexicógrafos não encontravam nelas dignidade suficiente para incorporá-las aos seus dicionários.

8

A referência à qualidade do alocutado designada pelo substantivo abstrato, na expressão com o possessivo, acarretou, em italiano, o uso atualmente generalizado do pronome feminino *lei* (= ela), como forma de tratamento respeitoso. Em alemão, o mesmo fenômeno ocorreu, mas o pronome de tratamento que originou a utilização do feminino *Sie* tinha o substantivo abstrato em sua forma plural: *Gnaden* (= Clemências, Graças), ligada ao tratamento *Ihr* (=vós), plural majestático, segundo se lê em DROSDOWSKI, Günter & GREBE, Paul. **Der Grosse Duden-Etymologie – Herkunftswörterbuch der Deutschen Sprache**. Mannheim: Bibliographisches Institut, 1963, s.v. *Gnade*. O sentido do termo *Gnade*, de acordo com as informações desse dicionário etimológico de Drosdowski e Grebe, que rastreio, foi fixado, em grande parte, pela ideia cristã de graça divina, embora já

existisse o termo entre os germanos pré-cristãos, com o sentido de “livramento de pena”, “misericórdia para com o vencido, o condenado ou o súdito”. A fórmula *Von Gottes Gnaden*, usada desde o séc. V para os príncipes da Igreja, começou a aparecer como acréscimo aos títulos dos senhores feudais, na época carolíngia. Era uma tradução do latim tardio *Clementia Vestra*. O *Sie* de tratamento, no moderno alto alemão, era usado inicialmente como 3ª pessoa plural, ao lado do título, a partir do séc. XVI, para pessoas gradas: *Euer Gnaden haben...* (= Vossas Clemências têm...), donde: *Sie haben* (= elas têm). Desde o séc. XVII, o *Sie* é empregado sem o uso do título. A expressão *Ihre Gnaden*, que Fourquet, em sua **Grammaire de l’Allemand** (Paris: Hachette, 1962, p. 64) dá como ponto de partida para a substituição pelo *Sie* de respeito, já é de formação posterior a *Eure* (por *Euer*) *Gnaden*. *Eure* é possessivo que pertence ao paradigma de *Ihr* (= vós), e *ihre* é possessivo que pertence ao paradigma de *sie* (= ela).

9

O estudo do problema de *Vossa Mercê* leva-nos a uma conclusão interessante: comparando o que dissemos em relação a *Eure Gnaden*, ao uso de *Clementia Vestra*, podemos verificar que os fatos se combinam para explicar várias soluções de atestação tardia:

1. *Vestra Clementia* é sinônimo de *Vossa Graça* ou *Vossa Mercê*, e é fórmula antiga do latim eclesiástico;

2. *Eure Gnaden*, que, por sua vez, é sinônimo de *Vestra Clementia*, originou, por ligar-se ao tratamento vós, de Majestade, a fórmula atual de reverência *Sie*;

3. *Vossa Mercê* nada mais é que um sucedâneo tardio de *Vestra Clementia*, que originou o *usted* espanhol e o *you* português;

4. *Lei*, o tratamento de respeito em italiano, também tomado ao pronome feminino, é uma referência à clemência, à graça do alocutado.

Temos, assim, uma origem única para fatos aparentemente diversos, como o al. *Sie* (forma plural), o esp. *usted*, o port. *you* e o it. *lei* (forma singular).

(Não se apresenta aqui a bibliografia utilizada porque toda citação tem, no próprio texto, a indicação da obra consultada, segundo as normas da ABNT.)